

---

## **La vigencia de Gramsci en el estudio de las organizaciones de representación de empresarios y propietarios rurales durante la redemocratización brasileña (1986-1991)<sup>1</sup>**

---

Afonso Henrique de M. Fernandes<sup>2</sup>

### **Resumen**

El presente trabajo tiene como objetivo discutir y presentar la forma en que el concepto de Estado ampliado de Antonio Gramsci constituye una herramienta teórico-metodológica para el estudio de las organizaciones de representación de empresarios y propietarios rurales entre 1986-1991. Tomando como foco la experiencia política del Frente Amplio de la Agropecuaria Brasileira (FAAB), objeto de estudio de la tesis de maestría del autor del presente artículo, se busca, en primer lugar, presentar los principales debates y conceptos que conforman la idea de Estado Ampliado en Gramsci, para luego señalar la manera como estos conceptos contribuyen al entendimiento de la experiencia política del llamado “Frente Amplio”. Así, puede concluirse que el referido instrumento teórico-metodológico contribuye con dos aspectos fundamentales. Además de permitir reflexionar sobre el objeto de estudio desde una perspectiva histórica, el concepto de Estado Ampliado permite com-

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão revisada e atualizada de comunicação intitulada “O Estado Ampliado e a experiência de pesquisa: o estudo das organizações de representação de empresários e proprietários rurais durante a redemocratização brasileira (1985-1991)”, que foi apresentada no X Simpósio Nacional Estado e Poder: Estado Ampliado, realizado pelo Núcleo de Estudos em Estado e Poder no Brasil (NUPEBP) do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), em 2018, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Univesidade Federal Fluminense (PPGH-UFF, Brasil) e Pesquisador de pós-doutorado do Centro de Estudios de la Argentina Rural de la Universidad Nacional de Quilmes (CEAR/UNQ, Argentina) e bolsista do projeto de cooperação internacional “Turning Land into Capital: Historical Con-junctures (Re)Production of Wealth in Latin America from the 19th to the 21st century”, financiado pela Fundação Volkswagen. E-mail: afonsomenezes@id.uff.br.

prender el significado de la experiencia política del FAAB como un importante aparato privado de hegemonía de las dinámicas fracciones agroindustriales de las clases dominantes agrarias brasileñas durante la transición política de la dictadura militar al actual régimen político democrático-liberal.

**Palabras clave:** Estado - Hegemonía - Propiedad rural - FAAB.

### Summary

#### **Gramsci's relevance in the study of entrepreneurs and rural landowners' representative organizations during Brazilian redemocratization (1986-1991).**

The present work aims to discuss and present how Antonio Gramsci's concept of extended State contributed as a theoretical and methodological tool for studying organizations of businessmen and rural landowners between 1986 and 1991. Focusing on the political experience of the Brazilian Agriculture Front (FAAB), the object of study of the author's master's thesis, the aim is, firstly, to present the main debates and concepts that shape Gramsci's idea of an extended State, and, then, to point out how such concepts contribute to the understanding of the political experience of the so-called "Frente Ampla". Thus, it can be concluded that the aforementioned theoretical and methodological instrument contributes in two fundamental aspects. In addition to allowing us to reflect on the object of study from a historical perspective, the concept of the Extended State allows us to understand the meaning of the FAAB's political experience as an important private apparatus of hegemony of the agro-industrial fractions of the Brazilian agrarian ruling classes during the political transition from military dictatorship to the current democratic-liberal regime.

**Keywords:** State - Hegemony - Rural Property - FAAB.

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o instrumental teórico-metodológico ofertado pelo conceito de Estado Ampliado de Antonio Gramsci e, a partir daí, apresentar de que maneira foi possível aplicar sua teoria na análise empírica e na redação da síntese final de minha dissertação de mestrado, intitulada “A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira: Transição Política e Classes Dominantes Agrárias na Nova República (1986-1991)”, defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Neste sentido, antes de mais nada, vale uma breve apresentação da pesquisa e de sua problemática.

Em meio à mobilização patronal rural contra o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República e as lutas pela democratização da propriedade da terra intensificadas a partir de 1985, e face à proximidade com a instalação de um Congresso Constituinte em 1987, a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) foi articulada como uma iniciativa política que reuniu importantes entidades de representação de interesses dos grandes proprietários de terras e empresários rurais e agroindustriais. Anunciada a partir do lançamento de um manifesto público, no dia 17 de Junho de 1986, a FAAB buscou apresentar e defender as principais reivindicações do setor, que estavam centradas na defesa da propriedade da terra e das políticas de incentivo à grande produção agropecuária (Fernandes, 2018).

O principal objetivo da também chamada “Frente Ampla” foi se construir enquanto articulação de um conjunto abrangente de forças políticas do patronato rural para intervir no processo Constituinte e disputar as políticas públicas em favor de seus interesses. Com base em um diagnóstico que apontava o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico para a agricultura e de crise das estruturas de representação formal, em especial da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Frente Ampla buscou reunir setores estratégicos da produção agrícola, ligados às cadeias agroindustriais e, principalmente, representados por uma aliança entre o cooperativismo empresarial da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a chapa de oposição sindical da CNA. Outra importante entidade que participou da FAAB, porém com menor peso político e econômico, foi a tradicional e pioneira Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) (Fernandes, 2018).

Em torno deste núcleo central foram se organizando uma diversidade considerável de associações e entidades dos mais diferentes tipos e características, como: sindicatos, interesses setoriais e por produto, representação das cadeias industriais e financeiras associadas à agricultura, além de fóruns acadêmicos e regionais do patronato rural. Dessa maneira, a FAAB foi composta a partir da articulação de quarenta importantes organizações de interesse da “agropecuária brasileira” que representavam diferentes setores da economia envolvidos nas grandes cadeias de

produção e comercialização do meio rural brasileiro, buscando centralizar a direção política deste conjunto de interesses (Fernandes, 2018).

Neste sentido, o objetivo da presente pesquisa foi indagar sobre como a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira se constituiu e afirmou como um dos principais espaços de organização de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária brasileira para intervir no processo Constituinte da Nova República, defendendo o monopólio da propriedade da terra e os privilégios sobre as políticas públicas para a agricultura, particularmente em relação aos recursos estatais destinados ao subsídio do financiamento oferecido às grandes cadeias de produção agroindustrial do país. Após consolidarem sua integração econômica e produtiva com a modernização conservadora da agricultura, importantes dirigentes patronais apresentaram, através da Frente Ampla, a necessidade de integrar politicamente as suas diversas formas de multi-representação, procurando constituir um novo campo de forças no interior das classes dominantes agrárias onde se propunha estabelecer uma renovação da sua direção política a partir da construção de um programa e um discurso próprio (Fernandes, 2018).

Assim, a presente dissertação, buscando analisar o contexto das transformações na representação de interesses das classes dominantes, procurou jogar luz sobre o perfil da composição política que conformou a FAAB, bem como sobre a natureza de seu programa político e econômico em torno do qual as diferentes entidades de representação se reuniram. Ao se constituir como uma coalisão inédita de representações políticas de diferentes segmentos das modernas cadeias de produção agroindustrial, a Frente Ampla se apresentou como uma alternativa organizativa ao contexto de transição política da Nova República. Por isso, visamos reconstituir as mais relevantes estratégias e frentes de atuação adotadas por esta entidade, como seu posicionamento em relação à reforma agrária e às demais forças do processo Constituinte; a apresentação de um programa político próprio com a defesa da propriedade e de sua agenda de políticas públicas para a agropecuária; a articulação política das diferentes frações e interesses econômicos das grandes cadeias agroindustriais; a mobilização de suas bases sociais e representantes para se posicionarem nas ruas e na imprensa; a eleição e articulação de uma bancada parlamentar e a pressão e negociação junto às diferentes instâncias e forças políticas representantes do Estado restrito e da sociedade civil. Assim, demonstramos como a FAAB logrou consolidar seus dirigentes como principais porta-vozes do patronato rural naquele período, defendendo suas posições contrárias às demandas populares por reforma agrária e pleiteando mecanismos privilegiados de incentivo e financiamento dos complexos agroindustriais que haviam sido largamente favorecidos pela ditadura militar nas duas décadas anteriores à sua formação (Fernandes, 2018).

A partir desta problemática, portanto, o desenvolvimento de nossa pesquisa encontrou no instrumental teórico-metodológico de Gramsci (2000) as ferramentas necessárias para a compreensão não apenas da formação da FAAB como aparelho privado de hegemonia das frações mais dinâmicas das classes dominantes agrárias

brasileiras, mas também como expressão das diferentes relações de forças estabelecidas entre empresários e proprietários rurais, as diferentes instituições estatais e o conjunto da sociedade civil. Para tanto, buscaremos em seguida apresentar os principais debates e conceitos que conformaram a ideia de Estado Ampliado em Gramsci, para, na sequência, apontar de que maneira tais conceitos contribuíram para o entendimento da experiência política representada pela FAAB.

### **O referencial teórico do Estado Ampliado**

Sendo as relações entre as classes e os diversos grupos sociais com as instituições de caráter estatal, bem como os resultados práticos destas relações em um dado contexto histórico, as questões centrais que guiaram nossa pesquisa sobre a FAAB, a definição de uma compreensão específica do Estado e do seu lugar na sociedade se mostrou determinante para o trabalho de análise do material empírico e para redação de sua síntese final. Dessa maneira, foi na busca pela compreensão dos significados da iniciativa política da Frente Ampla para a organização de interesses das diferentes frações de proprietários e empresários rurais que o conceito de Estado Ampliado<sup>3</sup> se mostrou adequado para o entendimento das diferentes relações sociais e processos históricos que constituíram a experiência da organização da FAAB na transição política verificada no país durante o seu período de funcionamento, entre 1986 e 1991.

Neste sentido, para definir o conceito de Estado de Gramsci é preciso, em primeiro lugar, ressaltar que o autor constrói seu edifício teórico e conceitual a partir de uma dupla crítica. De um lado, o marxista italiano busca aprofundar os fundamentos filosóficos da crítica da Economia política realizada por Marx (1986) ao pensamento liberal. Assim, dialogando diretamente com o que chama de filosofia da práxis, Gramsci (2000) busca a todo momento desenvolver a crítica ao liberalismo, questionando os seus principais fundamentos teóricos e, por consequência, expondo os principais limites e contradições da concepção liberal do Estado. De outro lado, o autor realiza uma crítica a alguns marxistas -classificados por ele como economicistas- por apresentarem uma leitura demasiadamente mecanicista dos escritos de Marx, o que, em sua avaliação, aproximava estes setores das próprias teorias liberais que estes diziam tanto criticar.

Com isso, o filósofo italiano defendeu tanto a superação da visão de Estado predominante no liberalismo, que tendia a entendê-lo como um sujeito onisciente, quanto a superação da interpretação economicista de Marx que consagrou o Estado como um objeto a serviço das classes dominantes. Para tanto, buscou desenvolver e aprofundar os principais fundamentos da concepção marxiana sobre o Estado e suas relações com o conjunto dos indivíduos e grupos sociais organizados na sociedade, encontrando nos conceitos de estrutura e superestrutura, as chaves inter-

---

<sup>3</sup> O conceito de Estado Ampliado no Brasil, refere-se, segundo Sonia Mendonça (2014), à noção de Estado Integral, sistematizada por Christine Buci-Glucksmann (1980) a partir de seus estudos sobre os escritos de Gramsci.

pretativas que justamente apontaram para a necessidade de, sem abandonar a análise das determinações das transformações estruturais em um dado modo de produção, compreender de que maneira elas refletem, determinam e são determinadas pelo campo da política, da cultura e da ideologia, produzindo transformações também nas suas superestruturas. Ou seja, de que maneira a posição de cada indivíduo ou grupo social na estrutura econômica da sociedade estabelece uma relação de influência mútua com as formas com que estes se organizam no plano das superestruturas.

A partir desta compreensão, Gramsci (2000) se debruçou sobre as superestruturas da sociedade ocidental e moderna nas primeiras décadas do século XX e, além de jogar luz para as necessidades de estudar tais dimensões da sociedade capitalista, identificou o par conceitual e analítico que é fundante da sua própria concepção de Estado. Assim, o autor resgatou as noções de sociedade civil e sociedade política presentes em Marx conferindo um novo destaque para a existência destes dois campos da sociedade, demonstrando como estes se encontram em permanente relação, integrando-se um no outro e constituindo em si uma totalidade: a totalidade do Estado Ampliado como superestrutura fundamental da sociedade.

Reafirmando a sociedade política como lugar do conjunto de instituições estatais formais e legais, ou seja, como representante mais próximo das compreensões mais “estritas” de Estado-Objeto ou Estado-Sujeito difundidas pelo liberalismo e pelo marxismo classificado por Gramsci (2000) como economicista, este autor confere ainda mais destaque para a natureza e o papel da sociedade civil, bem como de sua relação com a sociedade política. O autor busca “ampliar” as concepções de Estado mais correntes, alargando seus horizontes analíticos e compreendendo o Estado como uma relação conformada pela configuração das diversas forças sociais inscritas seja na sociedade política, seja na sociedade civil. Assim, considera que, a partir desta perspectiva, é possível posicionar-se de forma mais coerente com os pressupostos da filosofia da práxis, compreendendo as correlações existentes entre o plano econômico das estruturas e o plano “ético-político” das superestruturas (Gramsci, 2000).

Segundo o autor, portanto, “as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna”, ou seja, um sistema defensivo em que os setores dominantes na sociedade reproduzem suas posições de poder, mesmo quando perdem o controle imediato do “comitê executivo” enunciado por Marx. Deste modo, a sociedade civil no mundo contemporâneo teria se tornado “uma estrutura muito complexa e resistente a ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.)” (Gramsci, 2000: 73).

Da mesma maneira, é especialmente no âmbito da sociedade civil em que as forças de resistência aos interesses dominantes se expressam, conduzindo movimentos contrários aos mesmos e, por consequência, produzindo compromissos e pactos mínimos, que limitam o poder político dos dominantes, ainda que sem atingir o núcleo central de seus interesses. A este respeito, vale recuperar a reflexão

realizada pelo autor a respeito da necessidade de se construir um equilíbrio de compromisso que seja base de sustentação da hegemonia a ser exercida pelas classes e frações de classes dominantes na sociedade:

“O fato da hegemonia pressupõem indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se conforme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.” (Gramsci, 2000: 48).

Neste sentido, o exercício da hegemonia, entendida como predomínio de uma determinada concepção de mundo que é projetada, difundida e parcialmente imposta para os setores subalternos pelas frações mais dinâmicas do capital, pressupõem a organização das vontades coletivas em programas políticos que objetivamente, ou seja, através da prática e da ação política, reproduzam em favor dos setores hegemônicos a correlação de forças existentes na sociedade política (Estado restrito) e na sociedade civil. Ao mesmo tempo, as constantes transformações do equilíbrio de forças existente em um dado momento histórico, dependem diretamente da capacidade de formação e organização das próprias vontades coletivas contra-hegemônicas.

Portanto, através das noções de sociedade civil e sociedade política como elementos constitutivos do Estado ampliado, Gramsci (2000) desenvolveu uma dupla perspectiva para caracterizar o conjunto de relações sociais que, a partir daí, podem ser analisadas como elementos que estão, de forma orgânica e dialética, interligados, influenciando uns aos outros, ainda que de maneira desigual e a depender de sua conjuntura histórica. Neste sentido, o autor mobiliza outros conceitos para a compreensão da dupla perspectiva existente no Estado ampliado, se utilizando da metáfora do centauro para definir os diferentes graus em que ela se apresenta:

“Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da ‘dupla perspectiva’ na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da

civilidade, do momento individual e daquela universal (da 'Igreja' e do 'Estado'), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc.". (Gramsci, 2000: 33)

Portanto, é na interface entre o consenso e a coerção que as relações sociais de poder se desenvolvem simultaneamente, na sociedade civil e na sociedade política. Enquanto que na primeira predomina a produção de consenso em torno do projeto ou programa hegemônico -concepção de mundo- sem deixar de ser também espaço de coerção e violência, ainda que simbólica, pela manutenção da ordem dominante. No segundo, consenso e coerção são reproduzidos organicamente, definindo suas respectivas intensidades e importâncias conforme as relações de forças estabelecidas em um dado momento em determinada sociedade.

Com isso, o conceito de Estado ampliado, além de conceber uma noção que torna a ideia de Estado mais abrangente, indo além de um simples conjunto monolítico de instituições e indivíduos à parte do conjunto das classes e frações de classe da sociedade, permite explorar um dos núcleos centrais das preocupações de Gramsci (2000), que se tornaram um dos diferenciais de suas análises sobre as relações de poder: as diferentes formas com que, especialmente no esforço de construção do consenso em torno de seus projetos, as classes e frações de classes dominantes se organizam na sociedade civil a fim de estabelecer sua direção moral e intelectual e inscrever seus projetos na materialidade do Estado restrito. Para tanto, o autor define os partidos genericamente como aparelhos privados de hegemonia que, na sua diversidade organizativa, tática e estratégica se constituem como espaços de formulação de seus próprios programas e disputa da correlação de forças com os demais partidos da sociedade civil, sejam eles representantes de frações de classe concorrentes, sejam eles representantes das diferentes forças contra-hegemônicas existentes.

Pondo "em movimento a fantasia artística de quem se quer convencer" e dando "uma forma mais concreta às paixões políticas", nas palavras de Gramsci, o processo de formação das vontades coletivas, ou seja, a constituição dos diferentes partidos políticos de uma determinada sociedade civil, torna-se de grande valia para a compreensão de sua própria formação social. É por esta razão, que o autor é amplamente considerado um importante interlocutor para se pensar as relações políticas, ideológicas e culturais existentes nas sociedades contemporâneas. Neste sentido, em sua perspectiva, o partido político seria "a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais", consolidando-se como veículo por excelência de condução de seus respectivos projetos de hegemonia (Gramsci, 2000: 14).

Dessa maneira, valorizando a perspectiva marxiana que confere centralidade às distintas determinações históricas que conformam as sociedades em geral, criticando o naturalismo que predomina na matriz liberal de Estado e reafirmando o caráter essencialmente histórico e social do comportamento humano, Gramsci legou um método de análise histórico que desde as particularidades existentes na

história singular de um partido nos permite compreender também a totalidade das estruturas e superestruturas de uma sociedade, visto que o estudo do primeiro, pressupõem a consideração da diversidade de historicidades existentes em cada formação social específica, partindo da composição social específica da vontade coletiva que representa e ampliando para a caracterização do meio social (e histórico) no qual o partido se encontra inserido. A este respeito, o autor apresenta a seguinte argumentação:

“Evidentemente será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e a parte mais avançada: ou seja, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Somente do quadro global de todo o conjunto social e estatal (e, frequentemente, também com interferências internacionais) é que se resultará a história de um determinado partido; por isso, pode-se dizer que escrever a história de um partido político significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque, um seu aspecto característico.” (Gramsci, 2000: 87).

Assim, o autor, consagrou um importante referencial teórico-metodológico para compreender de que maneira as diferentes classes e frações de classe da sociedade se organizam e atuam nas superestruturas da sociedade civil e do Estado restrito. Sem desconsiderar as determinações estruturais da economia, Gramsci (2000) se apoia na perspectiva histórica que a filosofia da práxis legou para a análise das sociedades humanas, para, a partir das considerações de todas as dimensões econômicas sociais, políticas ideológicas e culturais, ou seja, a partir da totalidade histórica que conforma determinada sociedade, compreender os seus diferentes grupos sociais tanto no âmbito da prática política como na vida estatal, bem como seus respectivos papéis históricos. É na integralidade representada pela concepção de Estado ampliado que se expressa a necessária perspectiva da totalidade histórica, conformando assim numa rica ferramenta teórica e metodológica para a pesquisa histórica.

### **A FAAB como aparelho privado de hegemonia**

O diálogo com a teoria de Gramsci (2000) sobre o Estado Ampliado para estudar a formação e atuação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, contribuiu, portanto, em dois eixos fundamentais para a estruturação da pesquisa. Em primeiro lugar, a partir de sua dupla crítica ao liberalismo e ao marxismo classificado por Gramsci como economicista, o autor nos apontou para a importância da constante busca pela apreensão da totalidade histórica a partir da consideração das

suas diferentes dimensões econômicas, políticas, ideológicas e culturais. Aprofundando o rico método marxiano do materialismo histórico e dialético, Gramsci (2000) coloca a pesquisa histórica abrangente do todo social como elemento fundamental para a compreensão das relações de forças estabelecidas em uma determinada sociedade em um determinado período histórico. Em segundo lugar, ao tomar como núcleo central de sua análise a formação das diferentes vontades coletivas da sociedade moderna, o marxista italiano aponta outros importantes passos para a compreensão de sua formação social e de sua prática política.

Assim, a presente pesquisa sobre a FAAB desenvolveu-se em diálogo com o instrumental teórico-metodológico contido nestes dois eixos fundamentais, permitindo a estruturação da dissertação a partir das seguintes questões e temáticas. No primeiro capítulo, buscando reconstituir o chão histórico em que a Frente Ampla foi formada, buscamos estabelecer as relações existentes entre as transformações ocorridas tanto no âmbito das estruturas econômicas nacionais como de suas superestruturas. Desta maneira, a associação entre as profundas transformações do mundo rural durante a ditadura militar brasileira, em grande medida marcadas pelos processos de modernização conservadora<sup>4</sup> e expansão da fronteira agrícola, e a transição política<sup>5</sup> rumo a uma abertura do regime autoritário, bem como o surgimento de novos atores sociais a partir destes dois processos, foi um exercício fundamental para que pudéssemos dar conta, ainda que parcialmente, das múltiplas determinações históricas presentes na conformação da FAAB como um aparelho privado de hegemonia estratégico para as classes dominantes agrárias durante a Nova República, com destaque para as frações agroindustriais.

Para além de compreender os impactos econômicos e sociais da modernização conservadora da agropecuária sobre as classes rurais e seus respectivos interesses e formas de organização, a compreensão das mudanças nas relações de forças políticas existentes no campo ao longo dos anos 1970 e 1980, foi fundamental para situar a Frente Ampla tanto em relação às representações das diferentes classes e frações de classes da sociedade civil brasileira, como em relação à sociedade política da época. Neste sentido, o reconhecido alargamento da sociedade civil, que se desenvolveu no processo de desmonte do aparato coercitivo da ditadura militar com a proliferação de uma miríade de novas formas de organização, atingiu diretamente as principais entidades que haviam protagonizado a representação política do conjunto das classes dominantes agrárias brasileiras nas últimas duas décadas.

Deste modo, ao produzir uma crise de representação que atingiu os mais diversos âmbitos da sociedade civil brasileira, este alargamento, atingiu em cheio as organizações de representação do patronato rural. Considerando este processo, o diálogo com Gramsci também nos permitiu compreender e dimensionar as crises de representação em momentos em que as formas de dominação se encontram

---

<sup>4</sup> Sobre o processo de modernização da agricultura, ver: Delgado, 1985; Graziano da Silva, 1982, 1991; Bruno, 1997; Palmeira e Leite, 1998; Martins, 2011.

<sup>5</sup> Sobre transição política, ver: Fernandes, 1985; Dreifuss, 1989; Marini, 1991; Martins, 2011.

mais ou menos ameaçadas. A este respeito, o autor faz a seguinte afirmação:

“Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe.” (Gramsci, 2000: 60)

Nesta perspectiva, analisando o contexto histórico do final da ditadura militar e as consequências da modernização conservadora do campo para a organização de interesses de suas diferentes classes e frações de classe, foi possível perceber, especialmente no diálogo com Dreifuss (1990), que identifica isso de forma genérica no campo da direita nacional, e com Graziano da Silva (1991), que destaca o descolamento das bases sociais das classes dominantes agrárias brasileiras e suas formas de representação, especialmente no que se refere ao protagonismo sindical da Confederação Nacional da Agricultura. A partir do não reconhecimento da direção política que estava estabelecida na CNA há duas décadas e em face da incapacidade das demais associações organizadas em nível nacional de assumirem a liderança política do conjunto das classes dominantes agrárias brasileiras, em meados dos anos 1980, uma série de iniciativas foram adotadas no sentido de construir novas representações e novas formas de agir, com o reposicionamento de velhas lideranças e a emergência de uma nova geração política de lideranças de grandes produtores e proprietários rurais<sup>6</sup>.

Feito este esforço de compreender as grandes transformações políticas e econômicas da ditadura militar brasileira, bem como de seu impacto sobre o conjunto das classes sociais rurais do país, a análise propriamente dita do processo de organização da Frente Ampla, a partir do conceito gramsciano de aparelho privado de hegemonia, buscou caracterizar esta iniciativa política impulsionada por uma aliança de dirigentes e entidades de grandes empresários e proprietários rurais. Segundo o filósofo italiano, a história de um partido expressa, simultaneamente, a história de um país e a história do grupo social a que representa. Desta maneira, após um primeiro esforço de análise das grandes transformações pelas quais o Brasil passou durante toda a década de 1980, no capítulo dois, buscamos compre-

---

<sup>6</sup> Entre as novas formas de representação de produtores e proprietários rurais no período analisado, destacaram-se as chamadas Associações de Defesa da Propriedade da Terra e a União Democrática Ruralista, que polarizou a disputa com a FAAB pelo reconhecimento enquanto principal porta voz nacional da grande propriedade rural. O principal ponto de discórdia entre as duas forças políticas foi o nível de radicalização nos discursos e na prática associados com o uso da violência civil para a defesa da propriedade frente ao movimento de ocupação de terras e às propostas de reforma agrária que estiveram em debate na época. Mais sobre a crise de representação e transformações nas organizações do patronato rural na Nova República, ver: Dreifuss, 1989; Graziano da Silva, 1991; Bruno, 1997, 2009; Mendonça, 2010; Fernandes, 2018.

ender o seu processo de formação, a sua composição política e social<sup>7</sup> e o seu programa fundamental.

Neste sentido, pudemos apresentar a forma com que dirigentes como Roberto Rodrigues da OCB, Flavio Teles de Menezes da SRB e Allysson Paolinelli, atuando na chapa de renovação da CNA, buscaram agregar as diferentes forças políticas que expressavam a nova realidade econômica e representativa do conjunto das classes dominantes agrárias brasileiras. Além de contarem com importantes apoios no interior da sociedade política, incluindo o então presidente da república José Sarney, os setores que se organizaram na FAAB buscaram se apresentar, em meio ao processo de transição política da Constituinte, como interlocutores privilegiados das frações mais dinâmicas e modernas da “agropecuária brasileira”. Assim, além de reunir três grandes entidades civis (SNA, SRB, OCB) e a oposição sindical da CNA (composta pelas principais federações estaduais do centro-sul do país), a Frente Ampla articulou setores da produção agropecuária como os “Produtores de Milho”, “Plantadores de Cana da Região Centro-Sul”, “Indústria do Café”, “Criadores de Zebu”, “Pecuária de Corte”, com setores da indústria de insumos agrícolas e beneficiamento, como a “Indústria de Alimentos, de Máquinas e Equipamentos”, “Óleos Vegetais”, “Mudas e Sementes”, “Difusão de Adubos”, “Defesa Vegetal”, “Fabricantes de Ração” e os “Bancos” no âmbito do financiamento. Esta configuração de interesses cristalizada na composição da FAAB refletiria, portanto, uma iniciativa inédita no Brasil de articulação política dos diferentes elos econômicos das cadeias agroindustriais, constituindo-se em importantes atores na construção da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) que foi fundada, alguns anos a frente, em 1993, como parte de um esforço de institucionalização da articulação

---

<sup>7</sup> As seguintes associações foram signatárias do manifesto de fundação da FAAB: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Sociedade Rural Brasileira (SRB); Sociedade Nacional da Agricultura (SNA); Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL); Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina (FAESC); Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEPR); Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP); Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Federação da Agricultura do Estado de Goiás (FAEGO); Sociedade Mineira da Agricultura (SMA); Sociedade Rural do Paraná (SRP); Associação dos Empresários da Amazônia (AEA); Associação Brasileira dos Produtores de Milho (ABRAMILHO); Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA); Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC); Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ); Conselho Nacional da Pecuária de Corte (CNPC); Sindicato Nacional dos Pecuaristas de Gado de Corte (SNPC); Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul (ACRISUL); Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA); Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ); Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (ABIOVE); Associação Brasileira de Mudas e Sementes (ABRASSEM); Associação Nacional Para Difusão de Adubos (ANDA); Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF); Associação Nacional dos Fabricantes de Ração (ANFAR); Associação dos Produtores de Sementes do Mato Grosso (APROMAT); Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN); Câmara de Estudos Econômicos e Sociais (CEDES); Federação Brasileira dos Engenheiros Agrônomos (FBEA). Além dessas entidades, as seguintes representações estaduais da OCB assinaram o documento: RS, SC, PR, SP, MG, RJ, ES, GO, MS, MT, BA, AL, PE, PB, CE, PI, MA, PA (Fernandes, 2018).

política que a FAAB promoveu (Fernandes, 2018, 2022; Liaudat e Fernandes, 2021).

Finalmente, ainda no capítulo dois, também buscamos caracterizar o programa político apresentado pela FAAB na sua carta de princípios. Reivindicando os principais pressupostos do liberalismo, a Frente Ampla, embora defenda a busca por um equilíbrio ideal entre liberdade individual e igualdade social, ao tratar da propriedade privada da terra, coloca em oposição estes dois ideais, reafirmando o caráter absoluto da propriedade privada da terra como fruto direto da livre iniciativa. Ou seja, através de sua carta de princípios, a FAAB defendia a inviolabilidade da propriedade da terra como resultado legítimo e inquestionável do exercício da liberdade individual. Assim, mesmo que seus dirigentes em repetidas ocasiões não tenham se mostrado abertamente contrários à Reforma Agrária, esquivando-se de um tema tão espinhoso junto à opinião pública, a posição sobre a questão agrária apresentada no programa da Frente Ampla se colocava frontalmente em choque com a ideia de uma política de redistribuição fundiária como medida estrutural de combate à desigualdade social no Brasil. No que toca às políticas agrícolas, para além da proposição de uma lei agrícola, que visava ampliar os espaços de interferência na formulação e execução das políticas agrícolas, as contradições entre a defesa do livre mercado e a realização de intensas mobilizações em torno de crédito subsidiado, congelamento de preços, preços mínimos e contra a redução dos demais recursos públicos que até então vinham sendo disponibilizados pela ditadura militar aos grandes complexos agroindustriais, são os pontos mais significativos do programa da FAAB, o que justificou seu posicionamento radicalmente contrário ao Plano Cruzado, à época carro chefe da política econômica do governo Sarney.

Nos dois últimos capítulos, três e quatro, buscamos desenvolver a forma com que as representações da FAAB conduziram sua ação política, tanto na disputa por espaço e influência na sociedade civil, quanto na interlocução com atores e instituições da sociedade política, procurando inscrever seu programa e seus representantes na materialidade do Estado restrito. A construção e participação em amplas mobilizações de produtores rurais, a ocupação de espaços na grande mídia nacional, a articulação de uma bancada parlamentar, as negociações junto ao executivo e ao legislativo, bem como a proposição de legislações e emendas que garantissem seu espaço na cena política nacional e a defesa de seus principais interesses econômicos, marcaram a atuação política das lideranças organizadas na Frente Ampla. Nestes processos, além de compreender o relacionamento de seus dirigentes com a sociedade política, destacou-se também os conflitos relacionados às demais forças da sociedade civil – fossem elas frações das classes dominantes (União Democrática Ruralista-UDR e Associações em Defesa da Propriedade), fossem elas representações das forças contra-hegemônicas da sociedade (ocupações de terra por reforma agrária).

Assim, no capítulo três, nos dedicamos a reconstituir o processo de fundação da FAAB em meio à oposição generalizada dos setores patronais ao congelamento de preços do Plano Cruzado e às pressões dos movimentos de ocupação de terras em defesa da Reforma Agrária. Em carta endereçada ao presidente Sarney, a Frente Ampla apresentava os seus principais objetivos:

“São necessariamente mais profundos os propósitos de um trabalho como abrangidos pelos objetivos da Frente Ampla, pretendemos erigi-la em fórum permanente de debate de temas de importância para os destinos do setor, com realce à formulação de uma política agrícola, incluindo o tema da reforma agrária. Para isso, contamos também com a participação dos partidos políticos e representantes do Poder Público os quais unidos aos produtores, traçarão as diretrizes de consenso e os projetos específicos que permitirão somar às conquistas da Nova República, resultados de longo alcance em aspectos cruciais ao desenvolvimento do país.” (FAAB, 1986)

Dessa maneira, a fundação da FAAB visava unificar a representação de diferentes frações das cadeias de produção agroindustrial, estabelecendo um lugar de suposta moderação política a fim de ser reconhecida pelo governo e por outras forças da sociedade civil como legítimos porta-vozes do patronato rural. Estabelecendo um contraponto, à esquerda, com os movimentos de trabalhadores rurais por Reforma Agrária e, à direita, com a UDR, que pregava abertamente a resistência armada aos movimentos de ocupação de terras, a FAAB afirmava buscar um “consenso” junto aos “partidos políticos e representantes do poder público”, em relação a “aspectos cruciais ao desenvolvimento do país”, onde as políticas de incentivo e financiamento estatal da grande produção agroindustrial fossem capazes de subordinar e até mesmo superar as reivindicações por uma política de redistribuição do monopólio da propriedade da terra. Assim, por exemplo, em longa queda de braço pública com o governo ao longo de praticamente todo ano de 1986, os setores organizados na Frente Ampla, em fevereiro de 1987, concomitante à instalação dos trabalhos da Constituinte, lançaram-se na construção de uma manifestação massiva em Brasília que foi chamada de “Alerta do campo à nação”. O objetivo era, além de clamar pela defesa da propriedade da terra, subir o grau de pressão por mudanças na política econômica (congelamento de preços e preços mínimos) e nos mecanismos de financiamento da agricultura (principalmente crédito público subsidiado) (Fernandes, 2018).

Finalmente, no capítulo quatro, procuramos apresentar e refletir sobre a atuação da Frente Ampla no processo da Constituinte, indicando as principais iniciativas, pautas e estratégias políticas levadas a cabo durante os debates de interesse do patronato rural brasileiro. Portanto, em primeiro lugar, os setores organizados na FAAB se lançaram numa grande articulação para eleger representantes para o

Congresso Constituinte. Conseguindo expressivos resultados, principalmente nos estados do centro-sul do país, a FAAB se tornou uma importante articuladora da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que inicialmente contou com 42 parlamentares, entre eles Alysson Paolinelli, ex-ministro da agricultura e representante da FAAB na disputa pela renovação da direção da CNA. Realizando um trabalho cotidiano de lobby no Congresso Nacional (“tinha gente que pensava que eu era deputado”, dizia Roberto Rodrigues na condição de secretário geral da FAAB), as lideranças da Frente Ampla lograram se tornar interlocutores privilegiados do patronato rural durante o processo Constituinte, uma vez que a UDR era vista como demasiadamente violenta e radical para a opinião pública. Assim, além da ativa atuação de Paolinelli e outros membros da FPA nas discussões da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, a FAAB participou através de outros quatro representantes que foram convidados a expor em suas audiências públicas: Flavio Teles de Menezes, pela SRB, Roberto Rodrigues pela OCB e Antonio Ernesto Salvo, presidente da Federação da Agricultura de Minas Gerais e futuro sucessor de Paolinelli na liderança da CNA. Os resultados dos debates e do lobby parlamentar impulsionado pelas lideranças da FAAB foram extremamente significativos, tanto em matéria de política fundiária e reforma agrária, como na questão da política agrícola. Sobre a primeira temática, Roberto Rodrigues nos apresenta um importante balanço, em que o mesmo reconhecendo a importância da relação de complementariedade entre as posições mais radicalizadas da UDR e a posição de suposta moderação da Frente Ampla, o mesmo demonstra como ambas as forças políticas coincidiram inequivocamente no rechaço às propostas de combater o monopólio sobre a propriedade da terra no Brasil:

“Não tinha jeito, o negócio era na base da porrada mesmo! A UDR surgiu em um momento complicadíssimo e tinha um único objetivo, evitar a reforma agrária. Naquela época havia uma polarização absurda, você era carimbado direita ou esquerda. Era um maniqueísmo estúpido mas era assim que funcionava. A Contag, na época, era presidida pelo Zé Francisco, um homem do Partido Comunista Brasileiro. Então, dentro daquele maniqueísmo, a questão da reforma agrária tomou uma coloração de muita violência e a UDR veio com uma bandeira clara e teve um grande espaço vis a vis a esquerda. Ela cumpriu um papel importantíssimo naquele período, porque, se nós tivéssemos ficado sozinhos na parada, possivelmente teríamos perdido muito mais do que perdemos (defesa da propriedade e tal). Nós não tínhamos um discurso radical, nosso discurso era de negociação e a presença da UDR viabilizou a negociação que nós tínhamos antes. Então, eles bateram muito firme e isso permitiu que nós negociássemos em busca de saídas intermediárias, que não foi grande coisa como toda a Constituição, mas

que foi uma saída democrática.” (Roberto Rodrigues apud Bruno, 2002: 232)

Em paralelo aos esforços exitosos de bloquear a reforma agrária na Constituinte, as lideranças da FAAB se destacaram com a proposição de uma lei agrícola que buscasse aprimorar os mecanismos de política agrícola para a grande produção agroindustrial, tornando desnecessárias em suas perspectivas a realização de uma política de distribuição de terras. Assim, a lei n. 8.171 foi regulamentada e sancionada em 1991 como lei complementar à nova Constituição. Seus objetivos fundamentais foram: garantir a participação da iniciativa privada na formulação e regulamentação das políticas agrícolas, permitir políticas permanentes de longo prazo fundamentadas em planos plurianuais, maior articulação entre políticas agrícolas para diferentes cadeias produtivas, abrangência da lei para todo o setor primário e fortalecimento do poder de decisão do Ministério da Agricultura em relação ao Ministério da Fazenda. Embora, tais objetivos foram apenas parcialmente alcançados, esta iniciativa foi um importante marco no sentido de mudar a relação entre Estado e agropecuária no Brasil em face do novo arcabouço institucional da Constituição de 1988, com a inclusão de representantes da FAAB em importantes conselhos consultivos e deliberativos destes dois ministérios, abrindo caminho para uma reorganização nos mecanismos de financiamento público da grande produção agroindustrial.

Dessa maneira, partindo sempre da perspectiva histórica -e suas múltiplas determinações econômicas, sociais, políticas, ideológicas e culturais- reivindicada pelo pensamento marxiano e profundamente valorizada pelo pensamento de Gramsci, bem como a partir do instrumental teórico-metodológico que a concepção gramsciana de Estado ampliado particularmente nos oferece, nossa pesquisa sobre a FAAB buscou apresentar os múltiplos aspectos que constituíram a sua organização, bem como os resultados objetivos de sua prática concreta ao longo do período delimitado pela pesquisa, entre os anos de 1986 e 1991.

Por esta razão, através deste referencial teórico, estruturamos nossa dissertação buscando abordar múltiplas dimensões da experiência histórica representada pela Frente Ampla, tais como: a compreensão do seu contexto histórico, o estudo de sua composição social a partir do histórico de suas organizações, de seus dirigentes e das articulações políticas que lhe precederam; o caráter de seu programa político; suas táticas políticas e relações de força nos diferentes espaços da sociedade civil e sociedade política e em relação aos seus diferentes atores e as políticas públicas e representantes que foram inscritas no aparelho de Estado restrito. Com isso, esperamos ter abrangido o máximo possível que as possibilidades concretas da atividade de pesquisa nos permitiu no sentido de apreender a totalidade histórica que representou a conformação e atuação política deste particular aparelho privado de hegemonia de dinâmicas frações da classe dominante agrária brasileira, apreendendo inclusive seu significado para os desdobramentos políticos futuros que levaram à consolidação de uma hegemonia do Agronegócio sobre o mundo

rural no Brasil a partir dos anos 1990, com a fundação da ABAG e a criação de um campo específico de estudos acadêmicos em agribusiness a partir da criação do PENSA-Centro de Conhecimentos em Agronegócios, vinculado à Universidade de São Paulo (Fernandes, 2022).

### **Bibliografía**

- Bruno, R. (1997). *Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Bruno, R. (2002). *O ovo da serpente. Monopólio da Terra e Violência na Nova República*. Tese de Doutorado. Campinas, SP: Unicamp.
- Bruno, R. (2009). *Um Brasil Ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR.
- Buci-Glucksmann, C. (1980). *Gramsci e o Estado: Por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Delgado, G. (1985). *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone e UNICAMP.
- Dreifuss, R. (1989). *O Jogo da direita na Nova Republica*. Petrópolis: Vozes.
- FAAB. (1986). *Carta da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, José Sarney*.
- Fernandes, A. (2018). *A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira: Transição Política e Classes Dominantes Agrárias (1986-1991)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ.
- Fernandes, A. (2022). *Na Trama Política da Hegemonia do Agronegócio: Transformações e conexões a partir do Brasil e da Argentina*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.
- Fernandes, F. (1985). *Nova República?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gramsci, A. (2000). "Breves notas sobre a política de Maquiavel". In Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luis Sérgio Henriques (orgs). *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gramsci, A. (2000). "Introdução ao estudo da filosofia". In Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luis Sérgio Henriques (orgs). *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Graziando da Silva, J. (1982). *A Modernização dolorosa: a estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Graziano da Silva, J. (1991). *As representações empresariais da agricultura brasileira moderna: as disputas na transição para a democracia*. Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia Rural Anais da Saber, 261-285. Brasília: Sober.

- Liaudat, D. e Fernandes, A. (2021). Agronegocios y nuevas lógicas de representación empresarial en el Cono Sur. Un estudio exploratorio sobre ABAG (Brasil) y AAPRESID (Argentina). *Revista Marx e o Marxismo*, v. 9, n. 16, jan/jun.
- Maciel, D. (2012). *De Sarney a Collor: Reformas Políticas, Democratização e Crise*. São Paulo: Alameda/Goiania: Funape.
- Marini, R. (1991). *Brasil: Da Ditadura à Democracia (1964-1990)*. In: <http://www.marini-escritos.unam.mx/>.
- Martins, J. (2011). *A Política do Brasil – Lumpém e Místico*. São Paulo: Editora Contexto.
- Marx, K. (1986). *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural.
- Marx, K. (2010). *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Expressão Popular.
- Mendonça, S. (2010). *A Classe Dominante Agrária: natureza e comportamento (1964-1990)*. São Paulo: Expressão Popular.
- Mendonça, S. (2008). *O Patronato Rural Brasileiro na Atualidade: dois estudos de caso*.
- Mendonça, S. (2006). *A Construção de uma Nova Hegemonia Patronal Rural: O caso das Organizações das Cooperativas Brasileiras*.
- Mendonça, S. (2014). O Estado ampliado como ferramenta metodológica. *Revista Marx e o Marxismo*, v. 2, n. 2, jan/jul.
- Palmeira, M y Leite, S. (1998). Debates econômicos. Processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária. In: Costa, L. e Santos, R. (orgs.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad.

La vigencia de Gramsci en el estudio de las organizaciones de representación de empresarios y propietarios rurales durante la redemocratización brasileña (1986-1991).

Fecha de recepción: 14/06/2023

Fecha de aceptación: 12/10/2023